



Vulnerabilidade do responsável pelo domicílio no mercado de trabalho: uma análise por sexo e por cor para o Brasil entre 2016 e 2023¹

Ana Clara Ramos Simões

Mestranda CEDEPLAR/UFMG

E-mail: anaclaramos@cedeplar.ufmg.br

Carolina Guinesi Mattos Borges

Doutoranda Department of Land Economy/University of Cambridge

E-mail: cg835@cam.ac.uk

Tomás de Faria Balbino

Doutorando CEDEPLAR/UFMG

E-mail: tomasfb@cedeplar.ufmg.br

Mariangela Furlan Antigo

Docente FACE/CEDEPLAR/UFMG

E-mail: maantigo@cedeplar.ufmg.br

Resumo: Este trabalho tem o objetivo de analisar a vulnerabilidade em relação ao mercado de trabalho e à pobreza monetária dos responsáveis pelos domicílios, destacando as desigualdades advindas do sexo e da raça/cor. A partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) Anual do Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), no período 2016-2023, foram estimados modelos logit com o intuito de mensurar como fatores individuais, domiciliares, regionais e macroeconômicos afetam a probabilidade dos responsáveis pelo domicílio se encontrarem na subutilização da força de trabalho, na informalidade e na vulnerabilidade à pobreza monetária. Os principais resultados apontam que as responsáveis mulheres pretas e pardas se deparam com maior vulnerabilidade tanto no mercado de trabalho quanto com relação à pobreza. Ademais, os fatores regionais também se mostraram como forte associado às disparidades existentes, com maior vulnerabilidade das regiões Norte e Nordeste.

Palavras-chaves: responsável pelo domicílio; vulnerabilidade; sexo e raça/cor.

Abstract: *The aim of this study is to analyse the vulnerability of household reference persons to the labour market and monetary poverty, highlighting the inequalities arising from sex and race. Using data from the Continuous National Household Sample Survey (PNADC) of the Brazilian Institute of Statistics and Geography (IBGE) for the period 2016-2023, logit models were estimated in order to measure how individual, household, regional and macroeconomic factors affect the likelihood of household reference persons being under-utilised in the labour*

¹ Este estudo contou com o apoio financeiro da Fapemig (Edital 01/2018 – Demanda Universal, Processo APQ-02814-18).

force, in informal jobs and vulnerable to monetary poverty. The main results show that black and brown female households reference persons are more vulnerable both in the labour market and in terms of poverty. In addition, regional factors were also strongly associated with existing disparities, with greater vulnerability in the North and Northeast regions.

Keywords: heads of household; vulnerability; gender and color.

Classificação JEL: I32, J16, J21

1. INTRODUÇÃO

Nos anos recentes foi possível observar mudanças abruptas no mercado de trabalho brasileiro, com o aumento dos empregos informais e, conseqüentemente, o aumento da vulnerabilidade dos trabalhadores e da precarização do emprego no país (BARBOSA ET AL., 2020). Este cenário observado a partir da crise econômica, que se iniciou em 2015, e que perdurou ao longo dos anos seguintes, foi acentuado pelo período pandêmico. Observou-se uma queda real significativa no Produto Interno Bruto (PIB) em 2020, além de diversas alterações na dinâmica do mercado de trabalho, como a redução dos empregos assalariados e a redução dos níveis reais de renda dos trabalhadores (LEITE E SOBREIRA, 2024).

Essa alteração no mercado de trabalho, por sua vez, afeta a conduta das famílias tanto em relação à renda proveniente do trabalho e seu bem-estar, quanto à oferta de mão de obra de seus membros (GONZAGA E REIS, 2011). Brito et al. (2021) destacam, por exemplo, que a instabilidade causada por uma crise econômica pode ocasionar mudanças na decisão conjunta familiar de inserção no mercado de trabalho, pois o medo de que o responsável pelo domicílio fique desempregado gera um incentivo nos outros membros da família a procurarem emprego.

Dessa forma, analisar a dinâmica dos responsáveis pelos domicílios no mercado de trabalho é uma maneira de captar a vulnerabilidade dos domicílios brasileiros frente à períodos de crise. Além disso, faz-se necessário analisar as diferenças socioeconômicas dos responsáveis pelos domicílios quanto ao sexo, dado que a diferença salarial observada no mercado de trabalho reflete-se na renda dos domicílios. Nos anos mais recentes, notou-se um aumento no número de domicílios com responsáveis mulheres no Brasil, reforçando a importância deste tipo de análise (CARLOTO, 2005). Apesar de o principal responsável pelo

domicílio seguir sendo de sexo masculino, essa proporção caiu de 48,1% em 1993 para 35,2% em 2015 (BRITO E OLIVEIRA, 2021). Ainda segundo Brito e Oliveira (2021), famílias monoparentais² são mais comuns entre mulheres responsáveis, e domicílios com responsáveis do sexo feminino têm maiores chances de todos os adultos trabalharem do que domicílios com responsáveis do sexo masculino.

Em adição, de acordo com os dados do Retrato das Desigualdades de gênero e raça do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) para 2015, a renda per capita foi 10,75% maior em domicílios com responsáveis homens em relação aos com responsáveis mulheres. As diferenças de oportunidades e de rendimentos coloca em pauta a existência de uma feminização da pobreza, em que os domicílios com responsáveis mulheres estariam mais propensos às condições de pobreza do que os demais (PEARCE, 1978). No recorte racial, a renda per capita foi 47,14% menor nos domicílios com mulheres negras responsáveis em relação às mulheres brancas, revelando a importância de considerar o fator racial além do gênero (IPEA, 2015).

Com base nessa problemática, busca-se analisar a vulnerabilidade dos domicílios com responsáveis homens e mulheres, a partir de um recorte de raça/cor, por meio da estimação de modelos logit, os quais descrevem a probabilidade dos responsáveis estarem na subutilização da força de trabalho e nos seus três indicadores componentes, subocupação por insuficiência de horas habitualmente trabalhadas, pessoas desocupadas, e, força de trabalho potencial, além de considerar também a informalidade das pessoas ocupadas e a vulnerabilidade à pobreza monetária. Com o uso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) Anual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2016 e 2023, considera-se o efeito de fatores individuais, domiciliares, regionais e macroeconômicos na vulnerabilidade dos domicílios com responsáveis que são mulheres brancas e pretas e pardas no Brasil.

² Domicílios com a presença de filhos e apenas um dos pais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO EMPÍRICA

Ao longo das últimas décadas, o processo de desenvolvimento tem sido marcado por inúmeros avanços, desde aumento na qualidade de vida até aumento das interações comerciais e econômicas. Se, por um lado, uma parte da sociedade teve uma ampliação de oportunidades gerada, sobretudo, por um intenso progresso tecnológico, por outro lado, ainda existem inúmeros grupos privados que se encontram excluídos dessas oportunidades em múltiplas esferas da vida, sendo muitas delas esferas básicas. Essas disparidades se tornam ainda mais relevantes em contextos de recessão econômica, quando grupos que se deparavam com uma vulnerabilidade pré-existente se tornam ainda mais desprovidos de oportunidades, o que reforça o ciclo vicioso da desigualdade (PNUD, 2019; SEN, 2000).

Dessa maneira, o modelo de desenvolvimento em que o crescimento econômico é o único fim, tem se mostrado responsável por aumentar as disparidades intragrupo. Em contraposição, Amartya Sen (1980; 1992; 2000) inicia o debate acerca do desenvolvimento humano e propõe analisar o desenvolvimento sob uma perspectiva que posiciona os indivíduos e as liberdades no centro da tomada de decisões. Para tal, definem-se alguns conceitos primordiais para analisar o processo de privações a que os indivíduos são expostos ao longo da vida. Os *funcionamentos* são o que os indivíduos consideram como valioso fazer ou ter, enquanto as *capacitações* (*capabilities*) representam as oportunidades e a liberdade que os indivíduos dispõem para exercer seus funcionamentos. Deste modo, Sen elabora a abordagem das capacitações, ao analisar as privações de forma multidimensional e complexa, e define que para que um indivíduo possa desfrutar do bem-estar mínimo e ter acesso à dignidade humana, é necessário provê-lo de oportunidades para exercer seus funcionamentos (SEN, 1980; 1992; 2000).

Para que o desenvolvimento seja efetivo e inclusivo, é imprescindível garantir o acesso às inúmeras formas de liberdade existentes, como o acesso a uma alimentação de qualidade, acesso à saúde e habitação, além da participação no mercado de trabalho e nas dinâmicas econômicas e políticas de uma sociedade. Dado que essas formas de liberdade estão interligadas, garantir que os indivíduos disponham de condições para exercer seus

funcionamentos dentro de um conjunto de escolhas possíveis para o seu futuro ocasiona, portanto, o próprio crescimento econômico. O acesso à liberdade representa não só os “meios”, como também os “fins” da concepção do desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000).

Assim como as várias formas de liberdade se retroalimentam, o mesmo ocorre com as diferentes desigualdades ao longo da vida: há uma transmissão intergeracional que pode ocasionar um ciclo vicioso. Por exemplo, as circunstâncias dos pais influenciam no acesso às oportunidades dos filhos, podendo gerar filhos mais privados em termos de saúde e educação, o que pode levar à menores rendimentos. Esse ciclo é continuado nas relações conjugais, em que, normalmente as formações de casais ocorrem entre indivíduos de mesmo nível socioeconômico, fazendo com que as privações sejam transmitidas de forma intergeracional e persistente. Pereira e Santos (2017), por exemplo, encontram evidências de um aumento de casamentos brasileiros entre pessoas com características semelhantes entre 1970 e 2010. Os autores apontam ainda que uma maior diversificação dos casamentos poderia ter contribuído para uma melhora mais significativa da distribuição de renda do país.

O progresso quanto às capacidades básicas³ tende a ocorrer de forma mais acelerada, enquanto a redução das divergências em relação às capacidades avançadas ocorre mais lentamente, o que ocasiona um cenário de redução de algumas desigualdades simultaneamente à criação de outras. O mesmo ocorre para as desigualdades de sexo e raça, quanto mais avançadas as capacidades e quanto maior a responsabilidade e o poder que o acesso a essas capacidades proporciona, maior a disparidade observada. Portanto, é necessário pensar nas disparidades em todas as suas dimensões e segmentações, visto que a igualdade em termos de capacidades básicas é imprescindível, porém insuficiente (PNUD, 2019).

³ As capacidades básicas podem ser entendidas como associadas à ausência de privações extremas, ou seja, como as condições necessárias para a criação de novas capacidades ao longo da vida. Por sua vez, as capacidades avançadas seriam relacionadas a um maior grau de ação ao longo da vida das pessoas. Como exemplo, uma realização básica seria a sobrevivência até os cinco anos de idade enquanto uma realização avançada seria uma vida adulta longa e saudável (PNUD, 2019).

As desigualdades de sexo e raça constituem algumas das formas mais acentuadas e profundas de desigualdade. As normas sociais e culturais e os desequilíbrios de poder ajudam a perpetuá-las, além das condições enfrentadas nos ambientes familiar, social e profissional desenvolverem uma estrutura de disparidades que são mutuamente reforçadas (PNUD, 2019). Segundo Nussbaum (2000), na maior parte dos países as mulheres ainda necessitam de amparo em aspectos básicos. Ao longo da vida, são excluídas do acesso à informação e à educação, possuem maior carga de trabalho doméstico, encontram menos oportunidades no mercado de trabalho, e, quando conseguem se inserir no mercado, recebem menores rendimentos. As privações advindas da raça são ainda mais básicas, pois além de toda a exclusão educacional e profissional vivenciadas por indivíduos negros, observa-se maiores taxas de mortalidade e piores resultados em todos as dimensões de bem-estar em relação a pessoas brancas.

A discussão das privações considerando o gênero e a raça parte da luta por condições muito mais básicas do que a discussão estruturada apenas pelo gênero. A interseção de privações resulta na maior vulnerabilidade de mulheres pretas independente de outras características individuais. Neste sentido, a vulnerabilidade proveniente de fatores como renda, educação, saúde, habitação são intensificadas pelo gênero e pela raça. Tal cenário ressalta a necessidade de pensar nas desigualdades vivenciadas por mulheres pretas, em relação ao acesso às oportunidades, aos diferenciais de rendimentos e à vulnerabilidade proveniente de um longo processo de privação de capacidades.

Na conjuntura atual de redução dos rendimentos e das horas trabalhadas, não só proveniente da crise, como também da precarização dos postos de trabalho, os efeitos na pobreza monetária são percebidos mais diretamente nos domicílios pela renda domiciliar. Ademais, a vulnerabilidade à pobreza monetária nos permite observar de forma mais isolada os efeitos advindos do alto índice de desemprego, da subutilização da força de trabalho e do aumento da informalidade, além da queda nos rendimentos do trabalho, o que retorna à pauta a importância da pobreza monetária como métrica de bem-estar.

O cenário atual observado coloca em foco um possível processo de feminização da

pobreza. Este processo pode ocorrer mediante dois diferentes conceitos, por meio do crescimento da diferença entre o nível de pobreza entre mulheres e entre homens ou devido ao aumento da diferença no nível de pobreza entre os domicílios com mulheres responsáveis e entre os domicílios com responsáveis homens (BRADSHAW, CHANT e LINNEKER, 2017; MEDEIROS e COSTA, 2008). Bradshaw, Chant e Linneker (2017) observam que embora medidas multidimensionais de privação possam agregar muito em relação às privações geradas por diferenças de gênero, há ausência de dados que permitam medir o poder dentro dos domicílios, o que concede um caráter ainda mais importante nas comparações entre os domicílios com responsáveis homens e mulheres.

O aumento da pobreza entre os domicílios com responsáveis mulheres não reflete necessariamente a pobreza individual das mulheres, visto que crianças e homens também podem residir nesses domicílios (MEDEIROS e COSTA, 2008). Contudo, como observado por Batista e Costa (2019), no Brasil, em 2015, 38,18% dos domicílios com responsáveis mulheres se estruturavam em formato monoparental, e em domicílios em condição de pobreza a proporção é ainda maior (57,52%), o que sugere uma menor correlação entre a pobreza dos domicílios com responsáveis mulheres e a pobreza masculina, mediante a falta da presença de um parceiro. Esse cenário ressalta que, muitas vezes, a mulher se torna responsável em face à necessidade, além de indicar uma relação entre a feminização da pobreza e a monoparentalidade feminina (BARROS, FOX e MENDONÇA, 1997; CAVENAGHI e ALVES, 2018).

Barros, Fox e Mendonça (1997), ao analisar as características e a vulnerabilidade à pobreza dos domicílios chefiados por mulheres no Brasil em 1984, a partir dos dados da PNAD, observaram que esse é um grupo heterogêneo que varia, principalmente, com o componente regional. As responsáveis mulheres estão mais presentes no Nordeste e em áreas mais urbanizadas. A vulnerabilidade à pobreza também está relacionada às questões regionais, sendo que na média, as responsáveis brasileiras não seriam um grupo vulnerável, contudo, principalmente as residentes do Nordeste constituem um grupo vulnerável à pobreza. Os autores também verificaram que os domicílios com responsáveis mulheres estão

sobre representados na última faixa de renda, sendo que a baixa renda destes não ocorre devido à estrutura familiar com poucos adultos e muitas crianças, porém devido aos baixos rendimentos, visto que essas mulheres ganham o equivalente às demais mulheres no mercado de trabalho e esse cenário ocorre independente da estrutura familiar. Por fim, eles concluem que essas circunstâncias apenas serão alteradas mediante a redução da discriminação salarial e o fim da segregação ocupacional.

Liu, Esteve e Treviño (2017) analisaram os domicílios com responsáveis mulheres na América Latina e verificaram, a partir dos dados do Censo Demográfico, que o Brasil foi um dos países de maior diferença na proporção de domicílios nesta condição entre 1980 e 2010, passando de 10,6% para 33,2%. Ao analisar a vulnerabilidade à pobreza após o controle do modelo pelas variáveis estado civil, urbano/rural, propriedade da moradia e presença de crianças, em todos os países, os domicílios com responsáveis mulheres são menos prováveis de estar na pobreza ou o sexo se mostra não significativo, exceto no Brasil, onde mesmo com as variáveis de controle, esses domicílios são mais suscetíveis à pobreza. Os resultados confirmam que os domicílios no Brasil nos quais as mulheres são as responsáveis estão em desvantagem independente de outros aspectos, o que corrobora para a existência de uma intensa feminização da pobreza.

Em uma abordagem mais atual, Batista e Costa (2019) estimaram o efeito dos choques na probabilidade das mulheres se tornarem responsáveis pelo domicílio e como esses choques impactam na vulnerabilidade à pobreza monetárias dos domicílios com responsáveis mulheres, entre os anos de 2011 e 2015, para as regiões metropolitanas, a partir dos dados empilhados da PNAD. São analisados choques positivos e negativos a partir da taxa de desemprego, tanto choques de renda geral, quanto choques setoriais (indústria e serviços), considerando que há uma segregação ocupacional com a predominância de homens na indústria e a predominância de mulheres no setor de serviços. O perfil dos domicílios com responsáveis mulheres é, em sua maioria, monoparental e com ensino médio completo. A principal diferença entre os domicílios em condição de pobreza é que estes possuem maior proporção de mulheres negras e pardas e a maior parte possui ensino

fundamental incompleto.

Enquanto as responsáveis pelo domicílio reduziram suas horas semanais trabalhadas, entre 2011 e 2015, de 38,23 para 36,78, na média, as responsáveis pelo domicílio em condição de pobreza tiveram uma redução de 29,55 para 16,18, ressaltando que os efeitos da crise econômica contribuem para a pobreza monetária principalmente por meio das condições do mercado de trabalho. As autoras observaram que os choques negativos reduzem a probabilidade das mulheres se tornarem responsáveis, enquanto os choques positivos nem sempre são suficientes para aumentar a representatividade feminina dentro dos domicílios. Em relação à vulnerabilidade, os domicílios com responsáveis mulheres denotam maior probabilidade de estar na pobreza do que os com responsáveis homens. Ademais, domicílios com responsáveis mulheres que sofreram choques negativos de renda e choques positivos na indústria são mais vulneráveis à pobreza (BATISTA e COSTA, 2019).

O trabalho de Blay (2001) apresenta a trajetória das mulheres, a partir dos anos 1970 no Brasil, no intuito de conquistar maiores direitos e autonomia, assim como ascensão no mercado de trabalho. Trata-se de uma conquista muito mais qualitativa do que quantitativa, ou seja, observou-se uma redução da precariedade da participação feminina no mercado de trabalho. Todavia, essa maior inserção pode ser associada à ampliação dos setores, que pôde absorver mais mão-de-obra feminina com o passar dos anos no Brasil. Portanto, o que se verificou foi uma feminização de carreiras de menor remuneração. Ademais, a autora coloca que essa desigualdade se acentua perante as mulheres mais pobres, sendo estas as mais discriminadas e vulneráveis por não possuírem autonomia.

Nessa linha de discriminação e falta de autonomia, Rego e Pinzani (2013) realizaram uma pesquisa, durante cinco anos, com mulheres beneficiárias do Bolsa Família, em cidades do Norte de Minas Gerais e da região Nordeste. De acordo com os autores, apesar da desigualdade de gênero e da dominação masculina estarem presente em todos os estratos da sociedade brasileira, essa discrepância é ainda mais evidente quando se observa mulheres em situação de extrema pobreza, dado as restrições de liberdade, que culminam em limitações das capacidades de Sen (1992). Nesse contexto, ressaltam a importância de

políticas públicas de justiça distributiva e a diferença que o Programa Bolsa Família tem feito na redução, não só da pobreza, mas também da dependência das mulheres. O cartão do programa é cadastrado no nome das mulheres das famílias contempladas e os autores demonstram a importância desse ato para a quebra de paradigmas de opressão conjugal e de dominação. Isso permitiu uma maior autonomia das mulheres, com direito de escolha, tanto no âmbito pessoal, quanto no âmbito material, e de capacidade humana. Para os filhos dessas mulheres, o programa pode representar a quebra do círculo vicioso da pobreza, com uma maior gama de oportunidades proporcionadas pela renda monetária (REGO E PINZANI, 2013).

Essa discriminação de gênero também pode ser observada no mercado de trabalho brasileiro. Inforzato et al. (2016) analisam as diferenças salariais por gênero e cor e mensuraram o impacto da discriminação salarial no Brasil com base nesses atributos. Para tanto, com base nos dados da PNAD de 2013 aplicou-se a decomposição salarial de Oaxaca e Blinder para quatro diferentes grupos da população ocupada: homens brancos, homens não brancos, mulheres brancas e mulheres não brancas. Os resultados corroboram com a hipótese de que há discriminação de gênero no país em 2013, além de apontar uma diferença salarial significativa entre homens e mulheres, sendo que o estado civil e o nível de escolaridade impactam positivamente a discriminação salarial. Ademais, indivíduos não brancos apresentam menores níveis salariais que os brancos. No entanto, a discrepância de gênero, quando analisando o grupo de não brancos, é relativamente menor e é associada pelos autores às características produtivas. Em suma, gênero e cor reforçam as discrepâncias salariais no Brasil.

Em adição, Paschoalino et al. (2017) analisam a discriminação de gênero no mercado de trabalho brasileiro em 2015, em função das equações salariais com base na PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Os resultados implicam em discrepância salarial entre os gêneros e, para além, demonstram a influência de características individuais, como escolaridade e cor, e de características regionais. Nesse sentido, enquanto a variável de educação representou uma redução da desigualdade salarial, a variável de experiência

contribuiu para um aumento dessa desigualdade. Além disso, o efeito da discriminação representa aproximadamente 20% da diferença salarial entre homens. No que tange à influência regional, ser branco e habitar no Sudeste resulta em um aumento de salário tanto para homens quanto para mulheres, enquanto ser negro e residir no Nordeste diminuiu o salário de ambos os gêneros.

Os trabalhos apresentados ressaltam a existência de uma forte discriminação de gênero e raça no mercado de trabalho, o que aumenta a vulnerabilidade à pobreza conforme Sen (1992; 2000). Esses grupos vulneráveis vivenciam não só uma transmissão intergeracional das desigualdades de oportunidades, como também persistentes diferenças salariais apesar dos avanços recentes. Ademais, no Brasil, é imprescindível observar os efeitos das disparidades regionais, que também resultam em maior ou menor vulnerabilidade. A combinação desses fatores com o cenário macroeconômico, culminam para o aumento da feminização da pobreza. Portanto, analisar o aumento da pobreza nos domicílios com responsáveis mulheres e suas inserções no mercado de trabalho significa, indiretamente, analisar a transmissão intergeracional de desigualdades persistentes.

3. METODOLOGIA

Para este trabalho, utiliza-se a PNADC⁴ Anual no intuito de analisar como os responsáveis pelo domicílio de 25 a 64 anos estão inseridos na dinâmica do mercado de trabalho brasileiro e diante de um contexto de pobreza monetária entre 2016 e 2023. Os dados da visita 5 foram utilizados para os anos de 2020 e 2021 e os dados da visita 1 para os demais períodos.

Para tanto, a metodologia adotada baseia-se em uma análise econométrica

⁴ Uma das pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), que têm caráter domiciliar e sazonalidade trimestral e anual. De forma complementar, por um lado, a pesquisa trimestral fornece dados demográficos, educacionais e de mercado de trabalho. Por outro, a pesquisa anual possui não só os indicadores permanentes, mas também indicadores suplementares, como o nível de renda domiciliar. Essa pesquisa abrange todo o território brasileiro, separando as grandes regiões, as unidades de federação, as regiões metropolitanas e as regiões integradas de Desenvolvimento.

multivariada, através da estimativa de modelos Logit com dados empilhados para todo o período. Com esse modelo é possível mensurar como características individuais, domiciliares, regionais e conjunturais afetam a probabilidade dos responsáveis pelo domicílio se encontrarem na subutilização da força de trabalho, e em seus indicadores componentes, na informalidade e na vulnerabilidade à pobreza monetária. Estima-se o modelo de regressão logística para diferentes variáveis de interesse descritas a seguir:

1) Subocupação por insuficiência de horas habitualmente trabalhadas: pessoas que trabalhavam menos de 40 horas semanais, gostariam de trabalhar mais, e, estavam disponíveis para trabalhar mais, com relação aos ocupados.

2) Desocupação: pessoas que tomaram providência para conseguir trabalho nos últimos 30 dias e estavam disponíveis para assumir. Também aqueles que não tomaram providência pois já haviam conseguido um trabalho e iriam começar em menos de quatro meses, com relação às pessoas na força de trabalho.

3) Força de trabalho potencial: pessoas que não estavam nem ocupadas nem desocupadas, mas com potencial de se transformar em força de trabalho. É composta pelas pessoas que realizaram busca, mas não estavam disponíveis para trabalhar, e, por aqueles que não realizaram busca, mas gostariam de ter trabalho e estavam disponíveis para trabalhar, com relação às pessoas que estavam na força de trabalho ampliada, formada pela força de trabalho e pela força de trabalho potencial.

4) Subutilização da força de trabalho: composta pela subocupação, pelas pessoas desocupadas, e, pela força de trabalho potencial, com relação à força de trabalho ampliada, formada pela força de trabalho e pela força de trabalho potencial.

5) Setor formal ou informal: o setor informal é formado pelo trabalhador sem carteira de trabalho assinada, pelo trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada, pelo empregador e pelo trabalhador por conta-própria que não contribuem para a previdência e, ainda, pelo trabalhador familiar.

6) Pobreza monetária: a pobreza monetária é representada pela renda domiciliar *per*

capita menor ou igual à linha de pobreza utilizada pelo Programa Bolsa Família no valor de R\$ 218,00 em 2023 e a vulnerabilidade à pobreza pelo valor de meio salário mínimo, que é a linha de elegibilidade para o CadÚnico, no valor de R\$ 660,00 em 2023. Para a construção dessa variável, a PNADC anual foi utilizada, contemplando o período de 2016 a 2023⁵.

As variáveis independentes foram escolhidas com base na literatura empírica do tema. Dessa forma, com relação às características individuais, considerou-se a idade agrupada a cada cinco anos e os níveis de escolaridade (fundamental incompleto, fundamental completo/médio incompleto, médio completo, e, superior incompleto/completo). Em adição, no intuito de captar os efeitos regionais, utilizou-se dummies para as grandes regiões do país, além de área urbana/rural e região metropolitana/restante da unidade federativa. Quanto ao domicílio, utilizou-se a presença de cônjuge, presença de crianças de 0 a 5 anos, presença de crianças/adolescentes de 6 a 14 anos e presença de adolescentes de 15 a 17 anos. Por fim, para obter os efeitos macroeconômicos ao longo do período empregou-se dummies anuais.

O primeiro exercício econométrico foi realizado com a estimativa de um modelo total considerando a interseccionalidade de sexo e raça/cor como variável independente, além das demais supracitadas, buscando mensurar o efeito intragrupo em cada variável dependente considerada. Além disso, os modelos foram estimados separadamente para homens brancos, homens pretos e pardos, mulheres brancas e mulheres pretas e pardas. Considerou-se também a estimativa dos modelos para as mulheres brancas e pretas e pardas por nível de escolaridade.

⁵ A variável de renda habitual domiciliar per capita utilizada (VD5011), Rendimento domiciliar per capita (habitual de todos os trabalhos e efetivo de outras fontes), foi disponibilizada pelo IBGE a partir do último trimestre de 2015. Para deflacionar o rendimento domiciliar per capita, considerou-se o deflator disponibilizado pelo IBGE para a PNAD Contínua Anual utilizado para cálculo de indicadores associados à linha de pobreza. Para fins desse trabalho, a referência temporal é o último trimestre de 2023.

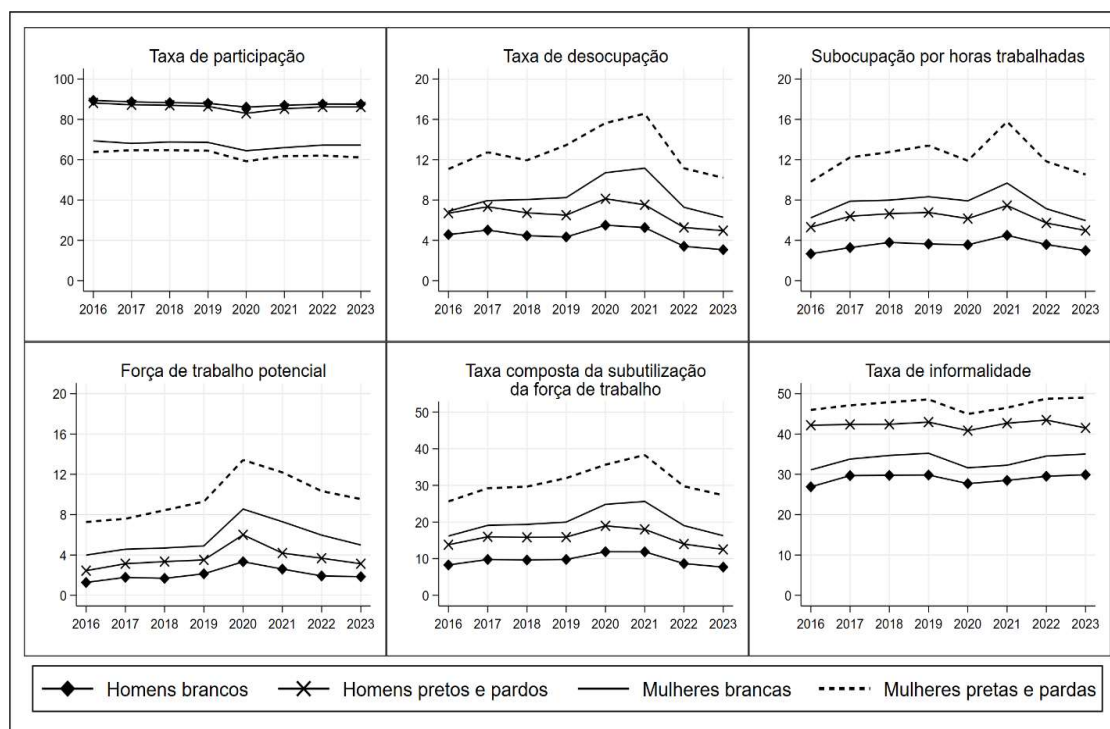
4. RESULTADOS

A Figura 1 apresenta seis gráficos referentes à estatística descritiva da dinâmica do mercado de trabalho para responsáveis pelo domicílio segundo sexo e raça/cor. Uma primeira observação refere-se à taxa de participação no mercado de trabalho, que é superior para os homens, independente da raça/cor. Analisando as taxas de desocupação, informalidade, subocupação e subutilização da força de trabalho, percebe-se um padrão associado ao sexo e à raça, no entanto, a raça se mostra ainda mais determinante que o gênero em relação à força de trabalho potencial e à informalidade. Além disso, em relação à desocupação, à subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e à subutilização da força de trabalho, os responsáveis pretos e pardos apresentam resultados mais próximos às mulheres brancas do que aos homens brancos, porém nestes casos, as responsáveis pretas e pardas manifestam taxas muito superiores aos demais.

Responsáveis mulheres pretas e pardas apresentam a maior taxa composta de subutilização da força de trabalho. Todos os indicadores componentes da taxa de subutilização aumentaram de maneira expressiva até 2021 tanto em termos absolutos quanto relativos aos outros grupos de comparação. Por sua vez, a taxa de informalidade apresentou pouca variação entre os grupos, com taxas superiores para os pretos e pardos, em média 50% entre as mulheres e 40% entre os homens.

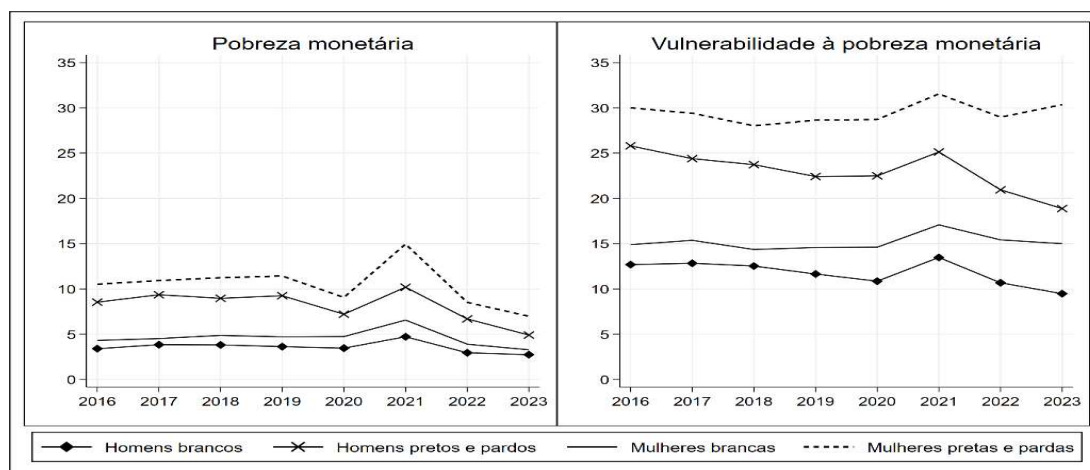
Essa análise aponta para um cenário de maior vulnerabilidade com relação aos indicadores do mercado de trabalho para as responsáveis de domicílio pretas e pardas. Uma maior vulnerabilidade desse grupo também é constatada ao se observar tanto a pobreza quanto a vulnerabilidade à pobreza monetária (Figura 2). O mercado de trabalho pode contribuir para reduzir ou aumentar as privações de rendimentos.

Figura 1 – Indicadores do mercado de trabalho, responsáveis pelos domicílios por sexo e raça/cor, Brasil, 2016-2023



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Anual.

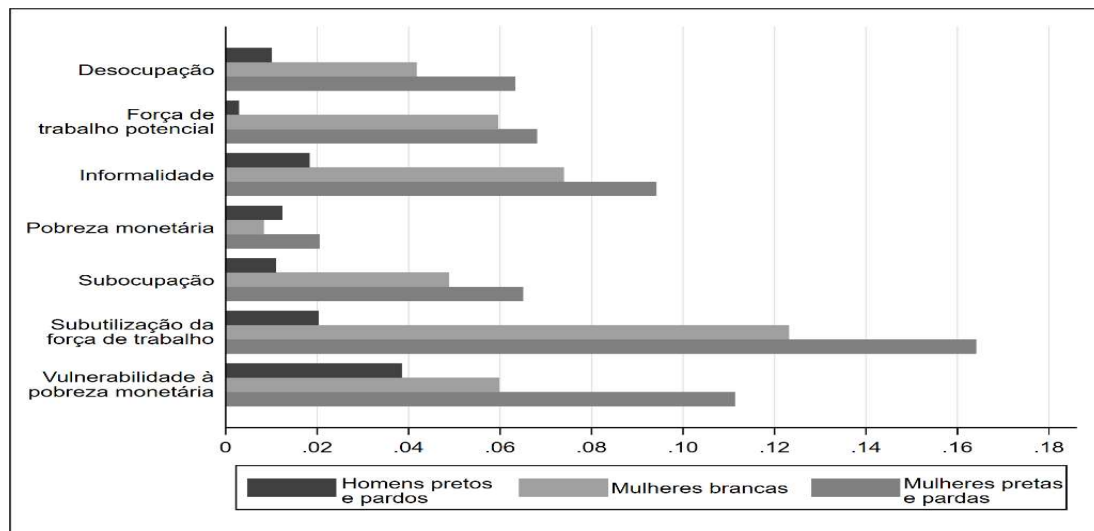
Figura 2 – Pobreza e vulnerabilidade à pobreza monetária, responsáveis pelos domicílios por sexo e raça/cor, Brasil, 2016-2023



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Anual.

O efeito marginal da variável de interseccionalidade de sexo e raça/cor da estimativa dos modelos logit é mostrado na Figura 3⁶.

Figura 3 - Efeitos marginais das dummies de sexo e raça/cor, responsáveis pelos domicílios, Brasil, 2016-2023

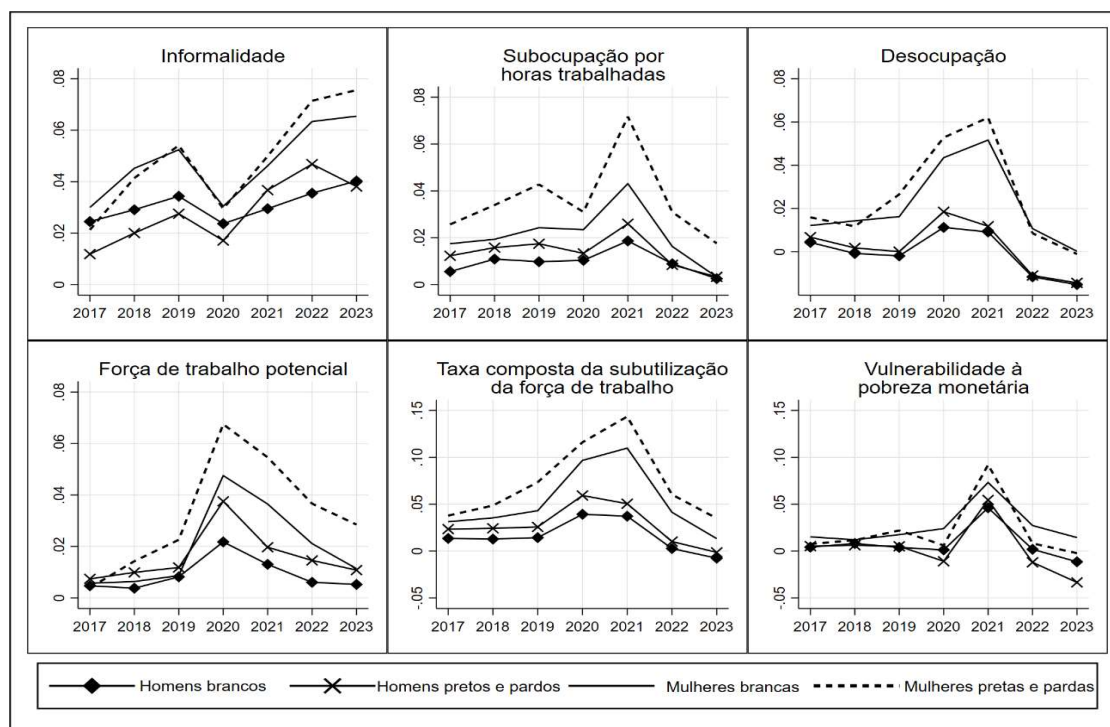


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Anual.
Nota: Homens brancos como referência.

A probabilidade das responsáveis pelo domicílio pretas e pardas estar na subutilização da força de trabalho e em seus indicadores componentes, na informalidade bem como na pobreza e ser vulnerável à pobreza monetária é mais expressiva do que para mulheres brancas e, mais ainda, do que para homens pretos e pardos ao se comparar com os homens brancos. Os resultados sugerem a existência de uma desigualdade de gênero no mercado de trabalho, o que é muito intensificado pela raça/cor, visto que mulheres pretas e pardas se mostram muito mais vulneráveis do que as mulheres brancas em todas as variáveis dependentes e, ainda, homens pretos e pardos mais vulneráveis que homens brancos.

⁶ As estimativas completas estão disponíveis mediante solicitação aos autores.

Figura 4 - Efeitos marginais das dummies anuais, responsáveis pelo domicílio, por sexo e raça/cor, Brasil, dummies temporais, 2016-2023



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Anual.

Nota: Ano de 2016 como referência.

Devido à retroalimentação das privações, como apontado por Sen (1992; 2000), ser uma responsável pelo domicílio mulher preta ou parda equivale a menores oportunidades no mercado de trabalho bem como a maior vulnerabilidade à pobreza, conduzindo assim a uma condição ainda mais vulnerável. Esses resultados vão ao encontro dos efeitos marginais das dummies temporais na Figura 3, as quais permitem observar os efeitos da conjuntura macroeconômica em cada grupo separadamente, destacando-se o maior efeito sobre as responsáveis pelo domicílio pretas e pardas para todos os indicadores considerados. Tal cenário se mostra como um resultado da privação de oportunidades no mercado de trabalho e da diferença de rendimentos existentes devido à raça e ao gênero, como apontado por Inforzato et al. (2016) e Paschoalino et al. (2017).

O efeito das variáveis individuais, domiciliares e regionais sobre a subutilização da

força de trabalho, informalidade e vulnerabilidade à pobreza monetária das mulheres responsáveis pelo domicílio por raça/cor é mostrado na Tabela 1. De forma geral, os resultados apontam que mulheres menos escolarizadas são mais vulneráveis no mercado de trabalho e com relação à pobreza monetária. Ter ensino superior completo reduz de forma expressiva estas probabilidades.

Esse contexto se configura como um agravante social, dado que esse grupo, justamente por ser menos escolarizado, sempre foi mais suscetível às vulnerabilidades, tanto no âmbito da inserção no mercado de trabalho, como também no âmbito domiciliar, já que estão associadas, no geral, a menores níveis de renda. Como provedoras, esse cenário resulta em menores níveis de renda domiciliar e, portanto, em menores níveis de liberdades propostos por Sen (1992; 2000), como o acesso à alimentação de qualidade, boas condições domiciliares e participação no próprio mercado de trabalho. Além disso, e, em consonância com o Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2019), essa conjuntura pode ocasionar uma retroalimentação das disparidades sociais, dado que a situação da mãe pode influenciar a inserção dos filhos na sociedade, resultando em uma transmissão intergeracional e em um problema social de longo prazo.

Ainda se destaca que a idade reduz a probabilidade da vulnerabilidade à pobreza bem como das ocupadas estarem no setor informal. Para as mulheres pretas e pardas também reduz a probabilidade de compor a subutilização da força de trabalho. Morar em áreas urbanas também reduz essas probabilidades bem como morar em regiões metropolitanas para as mulheres pretas e pardas. Por sua vez, residir nas regiões Norte e Nordeste aumenta a probabilidade de estar subutilizada, na informalidade e de ser vulnerável à pobreza independente da cor, sendo mais expressiva para aquelas que residem na região Nordeste.

Tabela 1 – Resultados dos modelos logits para informalidade, subutilização da força de trabalho e vulnerabilidade à pobreza, responsáveis pelo domicílio mulheres, Brasil, 2016-2023

Efeitos marginais	Mulheres brancas			Mulheres pretas e pardas		
	Subutilização	Informal	Vulnerabilidade	Subutilização	Informal	Vulnerabilidade
Grupos de idade						
30 a 34	-0,05	-0,05	-0,02	-0,04	-0,02	-0,02
35 a 39	-0,05	-0,06	-0,03	-0,06	-0,05	-0,04
40 a 44	-0,05	-0,06	-0,04	-0,08	-0,07	-0,05
45 a 49	-0,05	-0,06	-0,05	-0,08	-0,06	-0,05
50 a 54	-0,06	-0,05	-0,05	-0,09	-0,05	-0,06
55 a 59	-0,05	-0,01*	-0,07	-0,10	-0,03	-0,08
60 a 64	-0,05	0,08	-0,10	-0,12	0,05	-0,15
Escolaridade						
Fundamental completo/Médio incompleto	-0,05	-0,09	-0,08	-0,07	-0,10	-0,10
Médio completo/Superior incompleto	-0,11	-0,23	-0,19	-0,13	-0,24	-0,21
Superior completo	-0,18	-0,36	-0,31	-0,24	-0,39	-0,41
Grande região						
Norte	0,01	0,13	0,12	0,02	0,18	0,18
Nordeste	0,07	0,14	0,17	0,09	0,14	0,20
Sul	-0,05	-0,06	-0,05	-0,06	-0,09	-0,07
Centro-Oeste	-0,05	0,04	-0,01	-0,06	0,02	-0,02
Área urbana	-0,02	-0,08	-0,05	-0,07	-0,12	-0,09
Região Metropolitana	0,02	0,02	0,00*	-0,01	-0,02	-0,03
Presença de cônjuge	-0,02	-0,03	-0,09	-0,01	-0,03	-0,11
Crianças de 0 a 5 anos	0,04	0,04	0,12	0,04	0,03	0,17
Crianças/adolescentes de 6 a 14 anos	0,03	0,04	0,12	0,05	0,05	0,17
Adolescentes de 15 a 17 anos	0,01	0,02	0,08	0,02	0,02	0,13
Dummies Anuais	sim	sim	sim	sim	sim	sim

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Anual.

Nota: Variável com * não significativas a 1%. As demais variáveis são significativas.

A presença de cônjuge no domicílio reduz a probabilidade de vulnerabilidade no mercado de trabalho bem como de pobreza monetária, sendo este resultado mais expressivo. Por outro lado, a presença de crianças e adolescentes no domicílio aumenta

essas probabilidades. Esses resultados corroboram com achados da literatura. Como apontado por Batista e Costa (2019), a maior parte dos domicílios nos quais mulheres são as responsáveis, sobretudo domicílios em situação de pobreza, se estabelecem em estrutura monoparental, o que sugere que as mulheres se tornam responsáveis mediante a necessidade. Com a criação de filhos e a falta de um parceiro, há maiores responsabilidades sobre essas responsáveis mulheres, o que pode contribuir para uma maior probabilidade de estarem desocupadas, pois é mais provável que essas mulheres continuem procurando emprego. A estrutura domiciliar monoparental também pode estar relacionada com os resultados de informalidade, e subutilização da força de trabalho das responsáveis pelo domicílio mulheres, sobretudo as pretas e pardas que, segundo Batista e Costa (2019), são a maioria entre as responsáveis de domicílios pobres. Neste caso, as responsabilidades e a vulnerabilidade podem aumentar a probabilidade de aceitar um trabalho precarizado. Estes resultados vão ao encontro de Oliveira e Carvalho-Júnior (2009) que indicam menor risco de saída da desocupação pelas mulheres, o que resulta na redução do salário reserva deste grupo, logo, se tornam mais suscetíveis a aceitar postos de trabalho informais.

Em adição, analisa-se também a subutilização da força de trabalho, a informalidade e a vulnerabilidade à pobreza por grupo de escolaridade das mulheres responsáveis pelo domicílio por raça/cor. Neste sentido, a Figura 4 apresenta os efeitos marginais das dummies regionais destes indicadores por nível educacional. Os resultados indicam a ocorrência de uma desigualdade regional que independe do nível educacional, com maior vulnerabilidade das regiões Norte e Nordeste em relação à região Sudeste. Ainda que o aumento da escolaridade contribua para uma menor vulnerabilidade, a maior probabilidade de estar subutilizada, das ocupadas estarem na informalidade e de estar vulnerável à pobreza é mais expressiva para aquelas que residem na região Nordeste.

O crescimento econômico brasileiro na primeira década dos anos 2000 até a crise de 2015 contribuiu para uma desconcentração regional da atividade econômica industrial (NETO, 2014), o que poderia sinalizar para uma redução da vulnerabilidade no mercado de trabalho para as populações de regiões com economias menos dinâmicas. No entanto, o

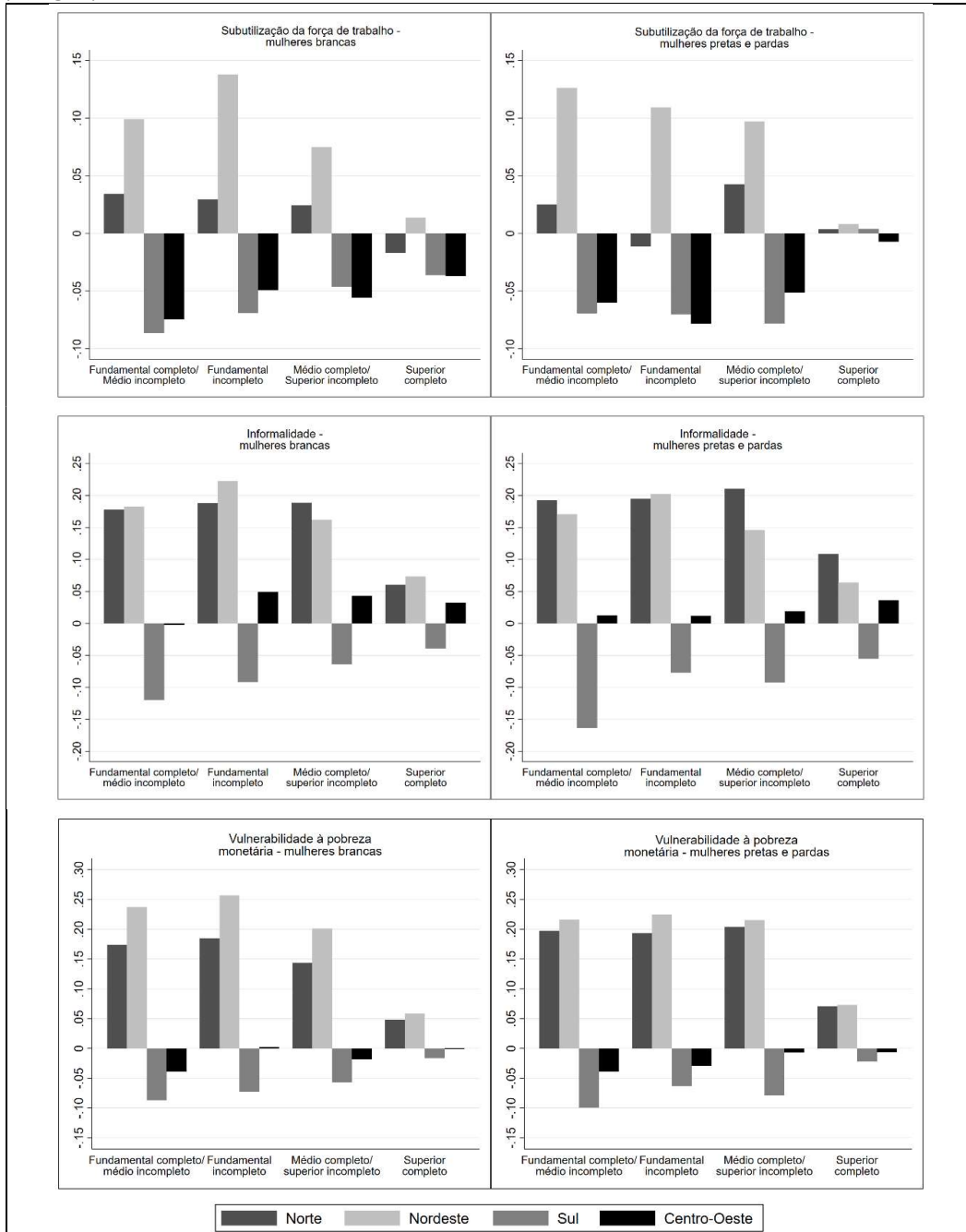
avanço econômico se mostrou insuficiente para reduzir as barreiras estruturais que sustentam os gargalos socioeconômicos das regiões brasileiras. Além de apresentar os menores rendimentos médios, a vulnerabilidade no mercado de trabalho se mantém superior nas regiões Nordeste e Norte, se agravando em períodos de crise.

A vulnerabilidade à pobreza monetária, que pode estar associada às condições no mercado de trabalho indica uma correlação negativa entre nível educacional e pobreza, com condições piores e mais desiguais regionalmente para aquelas menos escolarizadas. Tal cenário sugere que esse grupo pode ser absorvido no mercado de trabalho, principalmente devido à estrutura produtiva de baixa complexidade econômica brasileira que dispõe de maior quantidade de empregos de menor nível educacional. Contudo, essa absorção ocorre mediante baixos rendimentos, o que contribui para a continuidade da exposição dessas mulheres à situação de pobreza. As disparidades regionais em relação à pobreza advêm das piores condições no mercado de trabalho nas regiões Norte e Nordeste e corroboram com os resultados de Barros, Fox e Mendonça (1997) de que as responsáveis pelo domicílio residentes na região Nordeste são as mais vulneráveis à pobreza. Ademais, como observado para os indicadores do mercado de trabalho, as responsáveis pretas e pardas se mostram com maior probabilidade de estar na pobreza e em situação mais precária no mercado de trabalho.

Tendo em vista o histórico de formação econômica do Brasil (FURTADO, 1977), percebe-se que a compreensão da estrutura regional apresenta importantes atributos para a leitura das desigualdades sociais do país. No campo das oportunidades individuais e das capacidades, Sen (1999), Robeyns (2005) e Nussbaum (2011), mencionam a importância da observação espacial para a análise social, pois, a realização do indivíduo (como o acesso a oportunidades de emprego) está inserida em um ambiente social, econômico e político, que envolve questões de cultura local, tradicionalismo, vegetação e clima. Nesse sentido, os resultados apontam que, assim como a vulnerabilidade no mercado de trabalho e a pobreza monetária brasileira apresentam forte relação com grupos da sociedade segundo o gênero e a raça, o fator regional se mostra uma base forte por trás da configuração estrutural dos

dilemas sociais do país.

Figura 5 - Efeitos marginais das dummies regionais, responsáveis pelo domicílio mulheres, por grupo de escolaridade, Brasil, 2016-2023



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC Anual.

Nota: Região Sudeste como referência.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problemas sociais que tiveram expressiva melhora na primeira década do século XXI, voltam a ganhar força na segunda década e retomam um lugar central nos estudos sociodemográficos do país. Neste contexto, o aumento de domicílios em que mulheres são responsáveis e a maior vulnerabilidade destas no mercado de trabalho evidenciam a importância da compreensão das características que dão forma e sustentam a feminização do fenômeno da pobreza. Desse modo, o presente estudo buscou analisar a vulnerabilidade dos domicílios brasileiros, considerando as diferenças por sexo e raça/cor dos responsáveis pelo domicílio. A partir dos dados da PNADC Anual entre 2016 e 2023, foi possível analisar a partir da estimativa de modelos logit a probabilidade de os responsáveis pelos domicílios estarem na subutilização da força de trabalho, e em seus indicadores componentes, dos ocupados estarem na informalidade, e serem vulneráveis à pobreza em termos monetários, tendo como controle dimensões individuais, domiciliares, espaciais e macroeconômicas.

As estimativas apontam para problemas conjunturais decorrentes da crise econômica brasileira pós 2015, acentuada pela pandemia, que incidem de maneira mais expressiva sobre responsáveis pelo domicílio mulheres, em especial entre as pretas e pardas. Observa-se um padrão nas taxas de subutilização da força de trabalho, subocupação por horas trabalhadas, desocupação e informalidade associado ao sexo e à raça, o que resulta em um efeito direto no comportamento da pobreza monetária. Percebe-se que a probabilidade das mulheres pretas e pardas responsáveis pelo domicílio estarem subutilizadas na força de trabalho, sobretudo desocupadas e subocupadas, aumenta de forma expressiva.

Em consonância, a escolaridade, a idade, residir em áreas urbanas e a presença de cônjuge no domicílio são variáveis que impactam positivamente na menor probabilidade de subutilização, informalidade e vulnerabilidade à pobreza para as mulheres. Por sua vez, residir nas regiões Norte e Nordeste e a presença de crianças e adolescentes no domicílio contribuem para maior probabilidade, principalmente das pretas e pardas. Cabe destacar ainda que independente do nível de escolaridade, as responsáveis pelo domicílio mulheres

residentes nas regiões Norte e Nordeste, sobretudo na região Nordeste, apresentam maior probabilidade de vulnerabilidade tanto quanto a pobreza quanto ao mercado de trabalho.

Conclui-se, assim, que existem atributos que caracterizam os grupos sociais mais vulneráveis aos efeitos conjunturais gerados pelas crises econômicas por quais o país passou nos últimos anos, como sexo, raça, escolaridade e região. No contexto de alta precarização do mercado de trabalho, a pobreza monetária se torna ainda mais significativa pois reverbera com a redução da renda familiar. Dessa maneira, torna-se perceptível que os problemas sociais formados em uma estrutura historicamente desigual incidem de maneira mais incisiva sobre a população mais vulnerável. Além disso, analisar as privações que acometem os responsáveis pelo domicílio assume uma maior importância por se tratar de um grupo responsável pelo sustento de crianças, adolescentes e idosos, que precisam de condições mínimas para ter acesso às capacidades adequadas.

Neste contexto, observa-se a urgência de políticas de renda focalizadas nos grupos mais vulneráveis da sociedade, que abranjam tanto o combate à pobreza monetária, permitindo que os indivíduos tenham acesso ao mínimo necessário para sair da condição de pobreza e buscar a inserção no mercado de trabalho, quanto políticas de proteção que busquem corrigir os gargalos derivados de um mercado de trabalho precarizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, R.; FOX, L.; MENDONÇA, R. Female-headed households, poverty, and the welfare of children in urban Brazil. *Economic Development and Cultural Change*, v. 45, n. 2, p. 231–257, 1997.

BATISTA, A. L.; COSTA, L. V. . Choques de renda e domicílios chefiados por mulheres e: Uma análise para as regiões metropolitanas brasileiras no período de 2011 a 2015. In: 47° ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2019, São Paulo. 47° ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 2019.

BLAY, Eva Alterman. **Um caminho ainda em construção: A igualdade de oportunidades para as mulheres.** Revista usp, São Paulo. n. 49, p. 82-97, mar/ mai 2001.

BRADSHAW, S.; CHANT, S.; LINNEKER, B. Gender and poverty: what we know, don't know, and need to know for Agenda 2030. *Gender, Place & Culture*, v. 24, n. 12, p. 1667–1688,

2017.

BRITO, Danyella Juliana Martins de; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. Dinâmica da polarização da oferta de trabalho familiar no Brasil urbano. *Nova Economia*, v. 31, p. 185-216, 2021.

CARLOTO, Cássia Maria. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 4, n. 1, p. 1-17, 2005.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. Mulheres chefes de família no Brasil: Avanços e desafios. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018. 120 p.; 21 cm (Estudos sobre Seguro, nº 32).

DE BRITO, Danyella Juliana Martins; DE OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo; LOMBARDI FILHO, Stélio Coêlho. The Effect of Parental Occupation and Family Arrangements on Occupational Choices among Brazilian Youth. *Brazilian Review of Econometrics*, v. 41, n. 2, 2021.

DE HOLANDA BARBOSA, Ana Luiza Neves; COSTA, Joana Simões; HECKSHER, Marcos. MERCADO DE TRABALHO E PANDEMIA DA COVID-19: AMPLIAÇÃO DE DESIGUALDADES JÁ EXISTENTES?. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)-2020, DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt69/notastecnicas1>. Acesso em maio, 2023.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 15. Ed. São Paulo, Editora Nacional, 1977.

GONZAGA, Gustavo; REIS, Mauricio Cortez. Oferta de trabalho e ciclo econômico: os efeitos trabalhador adicional e desalento no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 65, p. 127-148, 2011.

INFORZATO DE SOUZA, S. DE C.; MAIA, K.; FIUZA-MOURA, F. K.; GOMES, M. R.; SILVA, R. J. DA. DIFERENÇAS SALARIAIS POR GÊNERO E COR E O IMPACTO DA DISCRIMINAÇÃO ECONÔMICA. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 9, n. 1, p. 32-49, 4 maio 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/>. Acesso em: jul.2020.

LIU, C.; ESTEVE, A.; TREVIÑO, R. Female-headed households and living conditions in Latin America. *World Development*, v. 90, p. 311–328, 2017.

MEDEIROS, M.; COSTA, J. Is there a feminization of poverty in Latin America? *World Development*, v. 36, n. 1, p. 115–127, 2008.

NETO, A.M. Desigualdades regionais no Brasil: Características e tendências recentes. Boletim regional, urbano e ambiental (IPEA, v..9. jan-jun. 2014.

p. 54 – Vulnerabilidade do responsável pelo domicílio no mercado de trabalho.

NUSSBAUM, Martha. Women and human development: the capabilities approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

_____. Creating capabilities. Harvard University Press, 2011.

OLIVEIRA, P. F. A. D.; CARVALHO-JÚNIOR, J. R. C. Desigualdade de gênero da duração do desemprego e seus efeitos sobre os salários aceitos no Brasil. Revista Econômica do Nordeste, v. 40, n. 4, p. 833-850, 2009.

PASCHOALINO, P. A. T.; PLASSA, W.; SANTOS, M. P. (2017). DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE PARA O ANO DE 2015. Revista Econômica do Nordeste - REN, 48(3), 43-54.

PEARCE, Diana. The feminization of poverty: Women. Work, 1978.

PEREIRA, L.; SANTOS, C. Casamentos Seletivos e Desigualdade de Renda no Brasil. Revista Brasileira de Economia, v. 71, n. 3, p. 361–377, 2017.

PNUD. Programa das Nações Unidas. Human Development Report 2019. New York: Oxford University, 2019.

REGO, W. L.; PINZANI, A.. Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania. 2013. Unesp, São Paulo: 249p. ISBN: 9788539305285.

RIBEIRO LEITE, Áydano; BRITO SOBREIRA, D. GAP DE RENDIMENTOS POR GÊNERO NO BRASIL: O QUE MUDOU COM A PANDEMIA DA COVID-19. Planejamento e Políticas Públicas, [S. l.], n. 65, 2024. DOI: 10.38116/ppp65art1. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1670](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/1670). Acesso em: 18 maio. 2024.

ROBEYNS, I. Selecting Capabilities for Quality of Life Measurement. in: Social Indicators Research, v74 n1 p. 191-215. Nova York, Out. 2005.

SEN, Amartya. Equality of what? In S. McMurrin (Ed.), Tanner lectures on human values. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

_____. Inequality reexamined. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

_____. Sobre ética e economia. Tradução de Laura Teixeira Motta – São Paulo, Companhia das Letras, 1999

_____. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.